

Contribuição da educação para o desenvolvimento econômico: reflexões teóricas

Arleson Eduardo Monte Palma Lopes ^a

José Nazareno Araujo dos Santos ^b

Douglas Alencar ^c

Resumo: A discussão a respeito do desenvolvimento econômico tem ganhado cada vez mais destaque seja em âmbito acadêmico, conferências, fóruns de discussões ou por agentes de políticas públicas. Portanto, este ensaio tem como objetivo discutir a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico por meio de uma reflexão teórica. Ao longo da discussão identificou-se que: 1) o investimento em educação é um eixo central para o desenvolvimento econômico; 2) a educação contribui para o aumento da produtividade, salários e diminuição da pobreza colaborando com o desenvolvimento econômico; 3) a educação contribui para melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e progresso econômico; e 4) a educação gera efeitos multiplicadores individuais e coletivos. Apesar da literatura apresentar as contribuições da educação para o desenvolvimento econômico, conclui-se que nos países chamados de “em desenvolvimento” não se dá devida atenção a esse aspecto nos seus planos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico. Educação. Bem-Estar.

^a Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Mestre em Economia Aplicada - UFPA (2021), possui MBA em Gestão de Projetos e MBA em Gestão Pública pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci - UNIASSELVI (2020), Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade da Região Serrana - Farese (2020), Especialização em Gestão da Tecnologia da Informação - UFPA (2018), Bacharelado em Administração - UFPA (2016).

^b Professor do departamento de economia da Universidade Federal do Pará. E-mail: jnas.araujo@gmail.com

^c Professor do departamento de economia da Universidade Federal do Pará. E-mail: dalencar@ufpa.br

Abstract: The discussion about economic development has gained more and more prominence, whether in academia, conferences, discussion forums or by public policy agents. Therefore, this essay aims to discuss the contribution of education to economic development through a theoretical reflection. Throughout the discussion it was identified that: 1) investment in education is a central axis for economic development; 2) education contributes to increasing productivity, wages and reducing poverty by collaborating with economic development; 3) education contributes to improving the quality of life, income distribution and economic progress; and 4) education generates individual and collective multiplier effects. Despite the literature presenting the contributions of education to economic development, it is concluded that in the so-called “developing” countries, due attention is not given to this aspect in their development plans.

Keywords: Economic Development. Education. Welfare.

Classificação JEL: I25; I28; I31.

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento econômico surge na ciência econômica, inicialmente, nos trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798) e David Ricardo (1817) ao apresentarem o desenvolvimento como um elemento importante para a solidificação do sistema capitalista. Entretanto, somente na década de 1940, o desenvolvimento adquire característica de objeto de pesquisa com o surgimento da Economia do Desenvolvimento (Freitas, 2016; Santos *et al.*, 2012).

O desenvolvimento econômico vislumbra-se como um processo histórico que passou a se suceder nos países ou Estados-nação que realizaram sua revolução capitalista e conseqüentemente incorporaram novos métodos de produção (Bresser-Pereira, 2006). O desenvolvimento é caracterizado como um processo de acumulação de capital e de inclusão do progresso técnico do trabalho e o aumento da produtividade e/ou renda per capita por habitantes que conseqüentemente está atrelado ao padrão de consumo de determinada nação (Bresser-Pereira, 2006).

Um dos fatores para alavancar o desenvolvimento econômico de uma nação é o investimento em educação, em que tem como objetivo qualificar mão de obra visando atender as demandas do mercado, e, conseqüente contribuir para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2018 no relatório “Panorama da Educação: destaques do *Education at a Glance 2018*” demonstram que o gasto por aluno nas instituições de ensino superior no Brasil, Eslováquia, Estados Unidos, Reino Unido e Suécia representam mais de 50% do PIB *per capita*. Países que adotaram política pública de investimento a longo prazo em educação alcançaram um patamar de desenvolvimento econômico exponencial no qual contribui significativamente para melhoria da qualidade de vida da população possibilitando acréscimos salariais e distribuição de renda.

O artigo tem como objetivo discutir a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico por meio de uma reflexão teórica. Parte-se do seguinte questionamento: qual a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico? Diante dessa indagação, o artigo visa contribuir para formação de insights que ofereçam subsídios para pesquisadores, acadêmicos, governo e sociedade sobre o papel da educação para o desenvolvimento econômico, haja vista, que o desenvolvimento econômico está atrelado ao nível do bem-estar da nação, além disso, é uma temática que necessita de um maior debate, principalmente, no Brasil que nos últimos anos tem adotado uma política de restrição do investimento.

2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A literatura acadêmica apresenta ao longo dos anos uma vasta discussão a respeito do desenvolvimento econômico. Smith (1996) no livro *Riqueza das Nações* argumenta que o desenvolvimento econômico está atrelado à capacidade da nação em acumular as riquezas da qual necessita para suprir suas necessidades. O autor afirma que os países possuíam racionalidade e técnica durante o processo produção adotariam estratégias diversificadas na divisão do trabalho e conseqüentemente estabeleceram métodos de produção, mas que nem sempre geraria custo-benefício de produção.

Ao buscar seu próprio interesse, o indivíduo, promove o desenvolvimento econômico da sociedade mais do que gostaria de promover. Tal concepção foi discutida por Adam Smith de forma metafórica no livro *A Mão Invisível* no qual é concebida por um conjunto de forças que operam individualmente com o objetivo de garantir concorrência perfeita para atender a oferta e demanda da sociedade (Smith, 1894). Na visão de Adam Smith, o desenvolvimento econômico estava relacionado à iniciativa dos agentes econômicos, conforme argumentam Santos *et al.* (2012, p. 47):

A ordem do sistema econômico seria estabelecida quando atingisse o ponto de equilíbrio das forças aparentemente antagônicas do mercado - oferta e demanda - e o desenvolvimento smithiano seria então decorrente da livre iniciativa entre os agentes econômicos e da produtividade do trabalho útil.

Para Karl Marx o desenvolvimento econômico tem como foco central o debate em torno do conceito mais-valia¹. Marx (1894) afirma que o acúmulo do capital se dá por meio da mais-valia no qual faz emergir as relações sociais de produção por meio de um fio condutor entre o capital e trabalho. Para o autor, o desenvolvimento aconteceria quando a classe operária fosse capaz de se apropriar da mais valia garantindo o seu bem-estar social.

Marx (1894) tece críticas ao trabalho de Ricardo ao examinar a taxa de juros, somente, atrelada à taxa do mais-valor no qual a jornada de trabalho é uma grandeza

¹ “Para Marx, a mais-valia é a forma de exploração característica do capitalismo. consiste na diferença entre o valor do produto e o valor do capital despedido no processo de produção” (Loyola, 2009, p. 131).

constante intensiva e extensiva. Marx (1894, p. 340) argumenta que “a queda da taxa de lucro e a acumulação acelerada só são diferentes expressões do mesmo processo na medida em que ambas expressam o desenvolvimento da força produtiva”. Bruno (2011) afirma que quando Marx faz a análise da circulação e reprodução do capital no livro “O Capital” ele demonstra como essa reprodução submerge na reprodução das classes sociais.

Por sua vez, na visão de Ricardo (1996) tudo pode se obter da terra desde que se tenha uma combinação entre trabalho, maquinário e capital. Para o autor, a sociedade divide-se em três classes: o dono da terra, o dono do capital que possui os recursos financeiros para financiar o cultivo e os trabalhadores com a força de trabalho direcionada para o cultivo. Assim, em diferentes estágios da sociedade, as proporções destinadas a cada uma dessas classes sob o nome de salário, renda e lucro, são substancialmente diferentes no qual dependem, principalmente, da fertilidade do solo, da acumulação de capital e da população (Ricardo, 1996).

O nacional-desenvolvimentismo tem sua base de origem na teoria econômica clássica, em especial, na teoria das vantagens comparativas de Ricardo. Adotando a visão utilitarista, a abordagem ricardiana incide sobre a distribuição do fluxo de renda social, ou seja, o valor é considerado exclusivamente do trabalho (Lacerda, 2009). A autora argumenta que a proposta de desenvolvimento tem sido por meio de um processo de industrialização no qual é liderada pelo Estado e executada por meio das substituições de importações elevada por políticas governamentais direcionadas a indústrias existentes, assim como a constituição de novas indústrias.

Santos *et al.* (2012) corroboram que o desenvolvimento na visão ricardiana estava atrelado ao nível de investimento que o capitalista aplicava na unidade produtiva. Para Ricardo o processo de distribuição se dava entre salário, lucros e renda fundiária. Entretanto, na teoria ricardiana a riqueza de um país depende dos lucros e da renda da terra, uma vez que considera os salários como despesas (Santos *et al.*, 2012). Observa-se que na visão de Karl Marx, David Ricardo e Adam Smith o desenvolvimento econômico vinculava-se na acumulação de riqueza e conseqüentemente desenvolvimento era vislumbrado como crescimento econômico.

Schumpeter (1997) desenvolveu algumas considerações a respeito do conceito de desenvolvimento econômico no livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. O autor argumenta que o desenvolvimento ocorre por meio de inovações criadas pelo empreendedor na concepção de novos produtos ou serviços combinando fatores de produção já existentes, concebendo invenções, inovações tecnológicas, novas organizações ou a introdução de novos mercados.

Assim, Schumpeter (1997, p. 74) afirma que:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de

desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico.

O autor tece críticas em relação ao entendimento do conceito de desenvolvimento econômico dentro da perspectiva econômica, uma vez que sem mudanças reais no cenário econômico não se tem desenvolvimento econômico. Schumpeter (1997) chama atenção para o processo de abstração que existe na economia e que muitas vezes o método interpretativo não consegue definir com exatidão a realidade econômica.

Por sua vez, Rostow (1961) argumenta que o desenvolvimento se constitui em cinco etapas: sociedade tradicional, condições para o arranco, o arranco, marcha para maturidade, e era do consumo em massa. Na visão do autor, à medida que a sociedade avança nos seus meios de produção por meio da ciência, esta alcança uma nova etapa no processo de desenvolvimento. Observa-se que na visão de Rostow (1961) que para uma sociedade avançar de uma etapa para outra leva em média 40 anos, gerando assim um dualismo, ou seja, dinâmicas diferentes de desenvolvimento no mesmo território.

Lacerda (2009, p.14) argumenta que:

É inegável que a crença no desenvolvimento é de grande utilidade para mobilizar e apaziguar os povos, principalmente os periféricos, de modo a mantê-los em condição de superexploração, sob o argumento de que se trata da evolução natural do sistema, de que nada mais é do que uma fase pela qual necessariamente todos precisam passar até que atinjam o nirvana de “desenvolvidos”.

Observa-se que o desenvolvimento se constitui como um processo complexo de mudança e alterações econômicas, políticas, e, especialmente, humana e social (Oliveira, 2022). Assim, “desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras” (Oliveira, 2002, p. 40).

O termo desenvolvimento tornou-se amplamente discutido na década de 1950, especialmente, devido a incorporação de novas temáticas, a exemplo, da temática educação. O substantivo desenvolvimento é ligado a diversos adjetivos, atribuído ao termo uma característica polissêmica. Esse conjunto de fragmentação vinculada à disciplina desenvolvimento deu origem a outras subtemáticas e delimitações no qual possibilitaram uma maior robustez do escopo teórico do desenvolvimento fornecendo instrumentos que pudessem subsidiar a dinâmica interpretativa global (Bonente, 2007).

Santos *et al.* (2012) afirmam que o desenvolvimento é visto como um processo de força motriz capaz de levar uma sociedade atrasada para uma sociedade moderna. Desenvolver é sinônimo de acumular para distribuir posteriormente. Essa concepção de desenvolvimento se propaga ainda mais com o surgimento da escola neoclássica da economia.

Essa visão de desenvolvimento está atrelada a Teoria dos Polos de Crescimento defendida por François Perroux que segundo Lima e Simões (2010, p.7),

O polo de desenvolvimento seria uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão sobre outras unidades com as quais se relaciona. Vale salientar que para Perroux a noção de polo só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise e meio de ação de política, ou seja, o mesmo só pode ser entendido como uma visão abstrata de espaço.

A teoria de Perroux compreendia que o desenvolvimento só ocorre quando há uma ação intervencionista capaz de criar um ambiente favorável para alavancar o polo de crescimento econômico por meio de complexos industriais conforme argumenta Corrêa, Silveira e Kist (2019).

Bonente (2007) afirma que a discussão sobre o desenvolvimento econômico no sentido que estava sendo apresentado pelas teorias pós-guerra, adquire, na década de 80, um papel secundário no debate mundial. Isso se deu pela constatação que o desenvolvimento econômico defendido até então, não promovia uma boa distribuição de renda e redução nas desigualdades espaciais. A existência de diversos debates acerca do conceito desenvolvimento, principalmente, na distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico dava-se pelos constantes acréscimos no nível da renda como fator crucial para alcançar o desenvolvimento sem a preocupação de como os acréscimos são distribuídos (Oliveira, 2002)

Visando romper o paradigma de desenvolvimento dos modelos neoclássicos, tem-se a discussão do desenvolvimento endógeno no qual tem como métricas balizadoras o atendimento das demandas da população local por meio do bem-estar econômico, social e cultural em que se constituem fatores importantes para melhoria de vida da sociedade. O desenvolvimento endógeno em seu escopo analítico correlaciona os fatores produtivos econômicos, sociais e culturais como elementos indissociáveis no alcance do desenvolvimento (Vázquez Barquero, 2001).

Segundo Barros, Silva e Spinola (2006), o desenvolvimento endógeno compreende o território como espaço aglutinador de transformação do processo de desenvolvimento por meio de fatores endógenos que condicionam mudanças estruturais. Nesse sentido, diversos fatores endógenos favorecem o desenvolvimento econômico no qual a educação constitui-se um dos fatores que contribui para o desenvolvimento por meio de melhorias salariais, distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida.

3. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A educação tem capacidade de gerar resultados multiplicadores na contextura social com alterações individuais e coletivas. No que tange aos benefícios individuais da

educação, tem-se por exemplo, o crescimento econômico por meio da produtividade do trabalho tornando a educação uma peça fundamental para as nações que buscam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (Freitas, 2016).

Souza *et al.* (2013) argumentam que na teoria do capital humano, o aumento no nível educacional de uma nação provoca ganhos de produtividade do fator trabalho e conseqüentemente reflete em aumento das rendas médias. Na visão dos autores, o investimento em capital humano apresenta efeitos positivos sobre o nível de renda.

Segundo França (2005), a importância da educação tem sido claramente reconhecida e discutida como fator de crescimento econômico. Pois, quanto maior a produtividade maior a eficiência econômica, ou seja, aumento da geração de produto por unidade de fator de produção e, por conseguinte, maior nível de produto. Pode-se destacar que países em desenvolvimento, a elevação da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo que contribui no processo de aceleração do crescimento econômico, tem também como efeito a distribuição mais equitativa da renda porque acarreta aumento da remuneração dos salários, que geralmente são mais baixos nesses países, aumentando sua participação na renda em relação ao fator capital. Por isso, em tais países, a educação, não representa somente fator de crescimento, é considerada fator de desenvolvimento econômico (França, 2005).

A Teoria do Capital Humano destaca em linhas gerais como a educação atrelada à uma perspectiva de interesses neoliberais apresenta implicações em relação às práticas educacionais que solidificam a ordem ideológica dominante para o desenvolvimento econômico e intervém na política de concepção dos profissionais do âmbito educacional por meio dos múltiplos mecanismo que está inserido o cenário educacional, pautado em mudanças sociais, econômicas e tecnológicas (Cabral; Silva; Silva, 2016).

Cabral, Silva e Silva (2016) argumentam que a teoria do capital humano tem sua base centrais as ideias discutidas pelos economistas Adam Smith no livro *A Riqueza das Nações* e por Alfred Marshall em *Os princípios econômicos do mais valioso investimento dos capitais, os seres humanos*, no qual foi posteriormente estrutura na Escola de Chicago por grandes teóricos econômicos Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz.

Com o processo de formalização do conceito de capital humano de Schultz em 1960, a educação passa a ser indispensável no que se refere ao crescimento econômico e mobilidade. A educação é colocada como cerne central em nações desenvolvidas com o objetivo buscar alternativas para mitigar a pobreza e integração racial por ser um mecanismo de mobilidade social (Desidério, 2016). A teoria destacou a educação como fator primordial ao desenvolvimento econômico, uma vez que afeta diretamente diversos fatores econômicos como aumento de salários, qualidade de vida etc.

Quanto maior o acesso à educação, maiores as conseqüências positivas para o aumento de salário que acarretam acréscimos na qualidade de vida, dando melhoria em dois níveis: redução do nível da pobreza e facilidade do acesso aos cuidados de saúde, aumentando a expectativa de vida (Freitas, 2016).

Desidério (2016) corrobora que a educação é um fator crucial para o desenvolvimento social de uma determinada população, sendo o principal indicador de qualidade de vida. Contudo, nem sempre a educação foi atrelada ao desenvolvimento econômico e sim ao crescimento econômico, que primeiramente caracteriza o desenvolvimento econômico como apenas o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Trindade (2010), a educação se caracteriza como um elemento positivo, visto que gera maior benefício para a sociedade do que o acréscimo de renda que um indivíduo poderá ganhar em mais um ano de estudo. Contudo, o setor privado não consegue atender de forma eficiente visto que nem sempre está disposto a oferecer alternativas de financiamento educacional, fato este que justifica a intervenção do Estado. As *falhas* de mercado fazem com os agentes econômicos deixem de ofertar determinados serviços às famílias, como por exemplo, serviços educacionais.

Dentre os escopos de ação do Estado, a literatura da área econômica chama atenção para a relevância do investimento em educação devido seu caráter catalisador de variáveis econômicas e não econômicas tais como: melhoria na qualidade de vida, distribuição de renda, aumento salarial, desenvolvimento socioeconômico, entre outras (Barros; Mendonça, 1997).

A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente ligada à agilidade e a continuação do processo de ampliação educacional. Essa relação direta se constitui a partir de dois meios de transmissão distintos. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, colaborando para o crescimento econômico, aumento dos salários e diminuição da pobreza. Por outro lado, a expansão educacional promove maior equidade e mobilidade social na medida que na condição “ativo não-transferível” fazendo da educação um ativo de distribuição mais eficaz que qualquer outro ativo físico (Barros; Henrique; Mendonça, 2002; Barros; Mendonça, 1997; Favaro; Tumolo, 2016; Fernandes, 2001).

Muitas das vezes, pode não ser notória a relação entre educação e economia de forma aparente, porém, existem diversas vinculações entre os dois campos. Um exemplo que pode ser citado é como a educação pode afetar o desenvolvimento socioeconômico de uma nação, uma vez que o baixo nível de qualificação da população torna-se, portanto, um gargalo recorrente em países com menores índices de desenvolvimento (Desidério, 2016).

Um indicador que representa a ligação entre desenvolvimento e educação é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que para ser mensurado utiliza como variável de estudo o nível de conhecimento do povo relacionado a dois fatores: a taxa de alfabetização e a combinação da taxa de matrícula nos três níveis de ensino (Zanmaria; Castilho, 2006). Os autores argumentam que a educação é um mecanismo de preocupação dos países com desenvolvimento tecnológico, seja no sentido de desenvolvimento de novas tecnologias ou no sentido de qualificação de mão-de-obra para operacionalizar as novas tecnologias.

Cabral, Silva e Silva (2016) afirmam que os Indicadores de Desenvolvimento Econômico estão inseridos no processo de formação e comportam dados ligados à qualidade de vida da população, como por exemplo, expectativa de vida ao nascer, acesso a moradia, água potável, entre outros, que passarão a ser elementos primordiais e que vão determinar o nível de desenvolvimento ou não dos países.

4. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil o processo educacional passou por diversos formatos ao longo dos anos, conforme afirma Desidério (2016, p. 23):

Nos países subdesenvolvidos, notadamente no Brasil, que se industrializava sob a égide do capital estrangeiro, aconteciam mudanças sociais, explosões demográficas e processos contínuos de urbanização. Nesse contexto, a teoria do capital humano foi um elemento fundamental das políticas educacionais implantadas no Brasil entre as décadas de 60 e 70.

Essa relação entre desenvolvimento econômico e educação é apresentada na Constituição Federal do Brasil (CFB) no Art. 205 em que afirma “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). A expansão do sistema educacional superior no Brasil se deu por meio da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), e Lei 12. 711 de 2012 (Cotas).

O PNAES foi instituído por meio do Decreto 7. 234/2010 no qual tem como finalidade garantir as condições necessárias de permanência dos jovens na educação superior pública federal (Brasil, 2010). Em 2004, tem-se a criação do PROUNI com o objetivo de concessão de bolsas parciais e integrais para estudantes cursarem a graduação em entidades de ensino superior privada. As instituições privadas que adotem o PROUNI são isentas de tributos (Brasil, 2018).

O FIES é uma política pública que tem como objetivo a concessão de financiamento para estudantes do ensino superior, seja na modalidade presencial ou a distância, não gratuitos e que estejam em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2001). Em 2007, tem-se a criação do REUNI no qual previa: i) redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas e crescimento da vaga de ingresso, preferencialmente no período noturno; ii) aumento da mobilidade estudantil entre instituições, cursos e programas de educação superior; iii) revisão da estrutura acadêmica; iv) diversificação das modalidades de graduação; v) expansão de políticas de inclusão e assistência estudantil; e vi) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (Brasil, 2007).

Como política educacional brasileira mais recente, tem-se a Lei 12.711 de 2012 (Cotas) no qual prevê a reserva de vagas nas universidades públicas e instituições federais para candidatos com renda *per capita* familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, para pretos, indígenas, pardos e com deficiência (Brasil, 2012).

O processo de desenvolvimento econômico no Brasil, nas últimas décadas, reforça as consequências da heterogeneidade educacional no país. A expansão acelerada tecnológica brasileira, característica do período de “milagre econômico” que esteve sistematicamente atrelado a um lento processo de expansão educacional. Assim, o progresso tecnológico se sobressaiu em relação ao sistema educacional (Barros; Henrique; Mendonça, 2002).

Zanmaria e Castilho (2006) afirmam que no Brasil tem se avançado na discussão da educação como propulsora de uma economia. Nunca se deu tanto destaque na educação de pessoas como investimento em capital humano. Cabe ressaltar que nos últimos anos a educação superior no Brasil vem sofrendo cortes orçamentários, levando a redução do investimento em educação e conseqüentemente em capital humano.

Esses avanços de políticas educacionais foram interrompidos, em 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95 do teto dos gastos públicos no qual restringe o investimento em educação por vinte exercícios financeiros (Lopes; Santos; Alencar, 2021). Machado Segundo (2017) afirma que mesmo se houver crescimento na economia brasileira, a EC nº 95 não permite que o governo aumente o dispêndio para educação ou para outras áreas importantes para a população, pois este deverá corrigir o orçamento considerando a inflação do ano anterior.

O discurso de negação da ciência adotada no governo do Jair Messias Bolsonaro elevou o grau de contingenciamento de recursos e investimentos para os principais órgãos que atuam na educação superior brasileira como Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC), Universidades e Institutos Federais (Samagaia; Silva; Canuto, 2021).

Em síntese, nos últimos anos o Brasil tem adotado uma política institucional de enfraquecimento da educação por meio de austeridades orçamentárias e reformulação das diretrizes curriculares básicas da educação, entre outras, políticas públicas de restrição de acesso à educação pela população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre desenvolvimento econômico tem se solidificado cada vez mais ganhando um caráter interdisciplinar devido sua relevância para a sociedade. Contudo, cabe destacar que analisar o desenvolvimento econômico sem considerar todos os fatores que lhe afetam pode levar a uma visão errônea do fenômeno.

O presente ensaio teórico visa contribuir na discussão de como a educação contribui para o desenvolvimento econômico, identificando elementos que destacam a importância da contribuição da educação para o desenvolvimento econômico. Apesar da literatura apresentar um conjunto de fatores relacionados a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico, percebe-se que países ainda em situação de desenvolvimento econômico não têm dado a devida atenção para esse aspecto, como é o caso do Brasil que nos últimos anos tem restringido o investimento em educação.

Diante disso, pode-se identificar ao longo da discussão que: 1) o investimento em educação é um eixo central para o desenvolvimento econômico; 2) a educação contribui para o aumento da produtividade, salários e diminuição da pobreza colaborando com o desenvolvimento econômico; 3) contribui para melhoria da qualidade de vida, distribuição de renda e progresso econômico; e 4) gera efeitos multiplicadores individuais e coletivos.

Nesse contexto, ressalta-se que este ensaio teórico não teve como objetivo esgotar a discussão sobre a temática, pois, existem diversas correntes do pensamento econômico que trazem em seu escopo visões diferentes vinculada a temática. Portanto, compreende-se que o investimento em educação precisa ser um eixo central dentro da perspectiva do desenvolvimento econômico com o objetivo de alcançar melhorias na qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. d.; MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 527, nov. 1997.

BARROS, R. P. d.; HENRIQUE, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, **Texto para Discussão nº 857**, 2002.

BARROS, A. B. G.; SILVA, N. L. O. d.; SPINOLA, N. D. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano VIII, n. 14, julho, 2006.

BONENTE, B. A. I. D. M. **A economia do desenvolvimento em perspectiva histórica: novos rumos da disciplina**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1998. Edição Administrativa: Senado Federal. Brasília. Atualizada em setembro de 2001.

BRASIL. **Panorama da educação: destaques do education at a glance 2018**. Brasília: INEP, 2018.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Reuni 2008 – Relatório. Brasília: Ministério da Educação, 30 de outubro de 2009.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 03 de junho de 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 03 de junho de 2023.

BRASIL. Lei 10.260, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências** Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm. Acesso em: 03 de junho de 2023.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 03 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **ProUni – Apresentação**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com>. Acesso em: 03 de junho de 2023.

BRESSER- PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Textos para discussão 157**, Dezembro, 2006.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, set.-dez. 2011.

CABRAL, A.; SILVA, C. L. d. M.; SILVA, L. F. L. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores. **Revista Principia**, nº 32, 2016.

CORRÊA, J. C.S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. **G&DR**. v. 15, n. 7, Edição Especial, p. 3-15, dez/2019.

DESIDÉRIO, A. M. **Notas sobre a importância da educação no desenvolvimento econômico brasileiro**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

FAVARO, N. d. A. L. G.; TUMOLO, P. S. A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n.º. 135, p.557-571, abr.-jun., 2016.

FERNANDES, C. M. Desigualdade de rendimentos e educação no Brasil: alguns indicadores de diferenças regionais. **Econômica**, v. 3, n. 2, p. 231-250, dezembro, 2001.

FRANÇA, G. N. **Relação entre escolaridade e renda no brasil na década de 1990**. 2005. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia de Empresas, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

FREITAS, C. d. **Efeitos econômicos das instituições de ensino superior federal**: estudo sobre os gastos desencadeados pela universidade federal da fronteira sul no município de laranjeiras do sul (PR). 2016. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal da Fronteira do Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2016.

LACERDA, J. S. Teorias de desenvolvimento: reflexões sobre origens e apropriação em nosso contexto. In: XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: XXXIII EnANPAD, 2009.

LIMA, A. C. C., SIMOES, R. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XII, n. 21, 2010.

LOYOLA, P. R. G. Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de marx. **Argumentos**, Ano 1, n.º 2, 2009.

LOPES, A. E. M. P.; SANTOS, J. N. A. d.; ALENCAR, D. A. Análise do impacto da emenda constitucional nº 95/2016 de restrição de gastos públicos no orçamento da Universidade Federal do Pará – UFPA. **CADERNOS CEPEC**, v. 10, n. 02, Dezembro, 2021.

MARX, C. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1894.

MACHADO SEGUNDO, H. d. B. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos. **Rev. Controle**, Fortaleza, v. 15, n.2, p. 22-40, jul/dez, 2017.

OLIVEIRA, G. B. d. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento econômico. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico, um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SAMAGAIA, J.; SILVA, L. R. DA; CANUTO, R. B. As ameaças da contrarreforma do Estado para as universidades públicas brasileiras. **Cadernos do CEAS**, v. 46, n. 254, p. 548–572, 2021.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. d. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, ano 2, n. 1, jul. 2012.

SHCUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultura LTDA, 1997.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1996.

SOUZA, M. I. d. A.; TAQUES, F. H.; OLIVEIRA, J. d. C. d.; ALENCAR, D. A. Relação entre a desigualdade e educação no Brasil: uma estimativa de dados em painel (1995-2009). **Textos de Economia**, Florianópolis, v.16, n.2, p.111-142, jul./dez.2013.

TRINDADE, F. V. d. **Distribuição de renda e educação: a discussão brasileira a partir da década de 70**. 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ZANMARIA, N. A.; CASTILHO, M. L. Gastos públicos com educação e seus reflexos no crescimento econômico brasileiro. **Revista Faz Ciência**, v. 08, nº 01, p. 123 – 148, 2006.